



9821318



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA:	26/09/2019	
LOCAL:	Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	NOME	ÓRGÃO
1.	Sergio Moro	GM
2.	Flávia Cecília Maceno Blanco	GM
3.	Luiz Pontel de Souza	SE
4.	Washington Leonardo Guanaes Bonini	SE
5.	Christiane Maranhão de Oliveira	SPO
6.	Rogério Xavier Rocha	SAA
7.	Rodrigo Lange	DTIC
8.	Cláudio Antônio de Almeida Py	AECI
9.	Vladimir de Passos Freitas	AEAL
10.	Georgia Renata Sanchez Diogo	ASINT
11.	Maria Hilda Marsiaj Pinto	SENAJUS
12.	Luciano Benetti Timm	SENACON
13.	Luiz Roberto Beggiora	SENAD
14.	Guilherme Cals Theophilo Gaspar de Oliveira	SENASP
15.	Rosalvo Ferreira Franco	SEOPI
16.	Fabiano Bordignon	DEPEN
17.	Maurício Leite Valeixo	PF
18.	Alexandre Barreto de Souza	CADE
19.	Neide Alves Dias de Sordi	AN
20.	Marcelo Augusto Xavier da Silva	FUNAI
21.	David de Lima Freitas	SPO
22.	Ivan Gomes Bonifácio	SENAJUS
23.	Maria das Graças Gonçalves Almeida	SENACON
24.	Mariana Rodrigues Carrijo	AN
25.	Claudete Terezinha Trapp	CGGE
26.	Juliana Coelho Antero	CGGE
27.	Aline Rosa Roriz	CGGE
28.	Ciro Ferreira	PRF
29.	Gustavo Camilo Baptista	SENAD

30.	João Bosco Teixeira	CONJUR
31.	Fernanda Carvalho A. Campos	FUNAI
32.	Vinicius Eloy dos Santos Reis	CADE
33.	Carolina Araújo de Andrade	CADE
34.	Marcos Araguari de Abreu	DEPEN
35.	Wilson Silva de Souza	PF
36.	Brasílio Caldeira Brant	PF
37.	Dayud Allisson da Silva Menezes	SENASP
38.	Ricardo Soares	PF
39.	Renato Menezes Santana	PF
40.	Zaira Spohr	SPO
41.	Kátia Baroni	OUV
42.	Eduardo Bonfim	SE
43.	Flávia Rutyna Heidemann	GM
44.	Alexandre Futuro	GM
45.	Luis Laviano	SENASP
46.	Dário Machado Rocha	AFEPAR
47.	Leandro Esteves de Freitas	AN
48.	Otoniel do Nascimento Brito	PF
49.	Fernando Carlos W. Rocha	FUNAI
50.	Andrezza Klug	GM
51.	João Pinto Rosa	FUNAI
52.	Rafael Henrique Cerqueira	SE
53.	Sérgio Rodrigues da Silva	CCONT
54.	Fabrizio Garbi	SENAJUS
55.	Adriene Domingues	SENAJUS
56.	Leonardo Costa	CGGE
57.	Cássia Poliana do Amaral	CGGE
58.	Alexandre Patury	SENAJUS
59.	Marcelo Moreno	SENASP
PAUTA:	1. Abertura; 2. Monitoramento do Planejamento Estratégico - panorama de projetos e de indicadores até agosto/2019: DEPEN, SEJANUS e PF; 3. Elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2023 e informes SPO/SE; 4. Informes SAA; 5. Informes SE; 6. Encaminhamentos	

DELIBERAÇÕES

- O Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sr. Sergio Moro, presidiu a abertura da reunião cumprimentando a todos os presentes, e em seguida passou a palavra para o Secretário-Executivo, Sr. Luiz Pontel, para apresentar os assuntos que seriam tratados na ocasião e conduzir o encontro.
- Dando início à pauta, o monitoramento do Planejamento Estratégico foi realizado a partir da explanação do andamento dos projetos estratégicos selecionados em reunião anterior, bem como dos resultados de determinados indicadores. O Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional, Sr. Fabiano Borja, apresentou o projeto "Força de Cooperação Penitenciária", cujo objetivo é atuar em unidades prisionais que se encontram em situações precárias nas áreas de segurança e assistência, a partir da união do Governo Federal com os Estados para debelar crises no sistema. Com 48% de execução até o momento, o projeto é a Força-Tarefa de Intervenção Penitenciária - FTIP, em caráter episódico e planejado para fortalecimento da segurança, bem como ações de cidadania e assistência jurídica, composta de Defensores Públicos estaduais e federais, em caráter voluntário. O indicador estratégico "Pessoas privadas de liberdade em

em atividades laborais” apresentou coleta de 138.854 para o último período. Embora seja um número expressivo, o Diretor-Geral ressaltou a necessidade de aprimorar a qualidade do trabalho envolvido.

3. No âmbito da Secretaria Nacional de Justiça, o Sr. Fabrício Garbi, apresentou o projeto “Cooperação Jurídica Internacional Simplificada”, que cons virtualização do procedimento de solicitação e tramitação inicial dos pedidos de cooperação jurídica internacional, de modo a simplificar e intensificar a cooperação, bem como reduzir o tempo de investigações policiais e ações penais que necessitam dessa modalidade. O projeto, na ocasião, apresentava a execução. Com relação ao indicador estratégico “Processos de naturalização decididos”, o Sr. Alexandre Patury esclareceu que, devido a um mutirão de atuação passivo de processos pendentes de análise desde 2017, houve um aumento significativo de 1.139% no mês de agosto quando comparada à média entre os meses de janeiro a junho de 2019. O indicador apresentou 138% de atingimento da meta para o período.
4. A Polícia Federal, por meio do Sr. Ricardo Soares, apresentou informações sobre o projeto “Banco Nacional Multibiométrico e Rede Integrada de Serviços Multibiométricos”. O referido projeto, com 42% de execução, tem como objetivo implementar uma solução de abrangência nacional com o fim de estas ações para viabilizar a unificação e padronização das informações criminais dos órgãos de segurança pública dos Estados, Distrito Federal e Polícia Federal possibilitando maior eficiência na identificação de autoria dos delitos contribuindo para redução do alto índice de criminalidade violenta. Cabe ressaltar o projeto, após Reunião de Avaliação da Estratégica – RAE, realizada em agosto de 2019, teve sua titularidade alterada da Secretaria Nacional de Segurança Pública para a Polícia Federal. Referente ao indicador “Quantidade de operações especiais de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal” teve coleta correspondente a 258 operações até o mês de agosto.
5. Dando continuidade à pauta, a Subsecretária de Planejamento e Orçamento, Sra. Christiane Maranhão, contextualizou sobre o andamento da elaboração do Planejamento Estratégico 2020-2023, apresentando as alterações sugeridas por algumas unidades nos documentos objeto de análise na última reunião de trabalho previamente validados pelo Gabinete do Ministro e pela Secretaria Executiva. As mudanças realizadas foram:
6. Matriz SWOT: inclusão do item 20, em pontos fortes “*Relevância do Ministério como central do Sistema Estruturador de Gestão de Documentos e Arquivos (SI)*”;
7. Diretrizes Estratégicas: alteração da Minuta de Resolução CGE, com ajuste no inciso IV “*aprimoramento da gestão prisional, com ênfase na ampliação do número de vagas em unidades prisionais por meio de construções, reformas e incentivo às penas alternativas, bem como ações cooperadas com as unidades federativas para o aperfeiçoamento do controle das unidades prisionais, por meio de inteligência, operações e assistências*”;
8. Mapa Estratégico do Planejamento Estratégico 2020-2023: “*Promover a gestão e a alienação do produto de crimes*” (ajuste na redação do objetivo estratégico); “*Gerir políticas referentes aos povos indígenas*” (inclusão de objetivo estratégico); e “*Aprimorar mecanismos de gestão do conhecimento e de preservação e da memória arquivística nacional*” (adequação de objetivo estratégico);
9. Cadeia de Valor: ajuste na entrega referente à Cadeia de Gestão de Ativos e das Políticas sobre Drogas - “*Gestão efetiva e eficiente de recursos apreendidos de para financiamento de políticas públicas*”; alteração de processos inseridos no macroprocesso Gestão da Logística, sendo eles: “*Gerir contratos de aquisições e serviços*” e “*Gerir o planejamento das contratações e a seleção de fornecedores*”; inclusão do macroprocesso “*Coordenação da implantação da Nacional de Segurança Pública e Defesa Social*” e do processo “*Realizar monitoramento e avaliação da execução da PNSPDS*”.
6. Tendo sido apresentadas as mudanças nos artefatos, e não havendo nenhuma objeção dos presentes, os documentos foram aprovados com as devidas alterações e serão publicados por meio de Resolução do CGE.
7. Ainda referente ao Planejamento Estratégico 2020-2023, salientou que as unidades deveriam ter encaminhado propostas de indicadores estratégicos respectivas metas, bem como de projetos para o próximo ciclo de planejamento. No entanto, poucas unidades repassaram suas informações no prazo estabelecido (17 de setembro), sendo, portanto, estabelecido novo prazo para 30 de setembro de 2019, impreterivelmente. Reforçou que o prazo deverá ser cumprido pelo cronograma não seja comprometido, uma vez que tais propostas serão submetidas na próxima reunião do CGE.
8. O Secretário-Executivo aproveitou o ensejo para solicitar o engajamento e comprometimento dos titulares e pontos focais na demanda em questão.
9. Em seguida, a Sra. Christiane Maranhão expôs algumas informações sobre a execução orçamentária e o descontingenciamento de setembro de 2019 no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O indicador estratégico de execução orçamentária, com meta de 95% até o final do exercício, se encontra atualmente em 66%. Já com relação ao descontingenciamento, foi divulgada no site do Ministério da Economia a ampliação do limite de empenho de R\$ 330 milhões do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Além da publicação do novo limite de empenho, também se aguarda publicação de portaria do Ministério da Economia para abertura de crédito suplementar em favor do MJSP, correspondente a R\$ 559 milhões de superávit do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.
10. Complementarmente, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, lembrou que as suplementações de algumas ações orçamentárias que não foram descontingenciadas, especialmente o Fundo Nacional de Segurança Pública, e que caso venham a ser operacionalizadas, não serão de imediato, uma vez que necessitam de projeto de lei e avaliação do Congresso Nacional.
11. Logo após, o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Xavier, repassou alguns informes sobre duas portarias recentemente publicadas pelo Ministério da Economia (Portaria nº 357/2019 e Portaria Conjunta nº 358/2019), com vigência imediata, que tratam dos requisitos do processo de cessão e requisição de servidores. A inovação que o normativo traz diz respeito a um procedimento diferenciado ao pedido de cessão encaminhado, em que se faz necessária a descrição qualitativa das competências institucionais as quais o servidor ficará submetido, as principais atividades que serão exercidas no Ministério e entre as atividades previstas (ênfase no perfil de servidor). Além disso, o pedido de reembolso na remuneração do servidor em seu órgão de origem traz maior detalhamento estabelecendo um limite de gasto anual de R\$55.600.000,00 no MJSP e de R\$ 400.000,00 no âmbito do Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Ainda que os pedidos de cessão, requisição ou movimentação para compor força de trabalho que impliquem em reembolso pelo Ministério ficarão sujeitos à prévia de disponibilidade orçamentária, de acordo com o limite estabelecido no Anexo I, da Portaria Conjunta nº 358, de 2 de setembro de 2019.
12. Em seguida, o Secretário-Executivo Adjunto trouxe informações sobre o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social – PNSPDS. A fim de implementar as recomendações apontadas pelo TCU no Acórdão nº 579, de 21 de março de 2018, foi instituído um Grupo de Trabalho, por meio da Portaria SE nº 1505, de 17 de setembro de 2019, para revisar e aprimorar o Decreto do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, consequentemente do PNSPDS. Desde maio, a Coordenação de Trabalho Conjunto com as unidades do Ministério, por meio de pontos focais indicados, para propor o atendimento de determinados requisitos para a implementação do plano, o Sr. Washington Bonini solicitou aos titulares envolvidos na referida Política (SENASP, SENAD, PF, PRF, DEPEN e SEOP) renovação do compromisso de continuidade do esforço e da mobilização dos servidores designados para o trabalho, uma vez que em outubro está prevista a validação dos produtos elaborados para posteriormente serem submetidos a consulta pública.
13. Por fim, o Sr. Luiz Pontel mencionou que serão responsáveis pela apresentação do monitoramento da estratégia na próxima reunião: a) SENAD: Projeto de monitoramento para leilão de ativos do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD e um indicador; b) SENACON: Projeto de Dinamização da plataforma Consumidor.gov.br, foco na desjudicialização e um indicador; c) AN: Projeto de Desenvolvimento e aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SGA, foco na Administração Pública Federal e um indicador. Solicitou, ainda, que as apresentações se limitem, na medida do possível, ao painel do BI do Planejamento Estratégico, como padrão a ser seguido nas reuniões do Comitê de Governança Estratégica.



Documento assinado eletronicamente por **Claudete Terezinha Trapp, Coordenador(a)-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional**, em 11/10/2019, às 10:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ROSA RORIZ, Chefe da Divisão de Planejamento e Apoio à Gestão - Substituto(a)**, em 11/10/2019, às 11:23, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO DE MELO COSTA, Chefe da Divisão de Projetos e Processos - Substituto(a)**, em 11/10/2019, às 11:25, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL HENRIQUE CERQUEIRA, Analista de Planejamento e Orçamento**, em 11/10/2019, às 11:27, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CÁSSIA POLLIANA DO AMARAL MENDES, Chefe da Divisão de Custos, Planejamento e Monitoramento - Substituto(a)**, em 11/10/2019, às 11:27, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Augusto Xavier da Silva, Usuário Externo**, em 11/10/2019, às 12:24, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Eloy dos Reis, Usuário Externo**, em 11/10/2019, às 12:33, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Zaira Spohr, Chefe da Divisão de Apoio**, em 11/10/2019, às 12:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 11/10/2019, às 13:52, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Rodrigues Carrijo, Usuário Externo**, em 11/10/2019, às 14:07, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREZZA CRISTINA CARDOS DE OLIVEIRA KLUG, Assessor(a) do Gabinete do Ministro**, em 11/10/2019, às 14:10, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ PONTEL DE SOUZA, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 11/10/2019, às 14:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Christiane Maranhão de Oliveira, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 11/10/2019, às 14:23, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vladimir Passos de Freitas, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Legislativos**, em 11/10/2019, às 14:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 11/10/2019, às 16:59, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO MORO, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 11/10/2019, às 17:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maurício Leite Valeixo, Usuário Externo**, em 11/10/2019, às 18:30, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria das Graças Gonçalves Almeida, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 11/10/2019, às 19:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Barreto de Souza, Usuário Externo**, em 12/10/2019, às 10:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rosalvo Ferreira Franco, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 13/10/2019, às 12:26, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **FLÁVIA CECÍLIA MACENO BLANCO, Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 13/10/2019, às 21:00, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO BENEVIDES BOMFIM, Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva**, em 14/10/2019, às 10:09, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

Documento assinado eletronicamente por **Georgia Renata Sanchez Diogo, Chefe da Assessoria Especial Internacional**, em 14/10/2019, às 16:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS ALEXANDRE PAIVA FUTURO, Assessor(a)**, em 14/10/2019, às 17:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 14/10/2019, às 17:48, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Hilda Marsiaj Pinto, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 14/10/2019, às 19:30, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO APARECIDO MORENO, Diretor(a) de Políticas de Segurança Pública**, em 14/10/2019, às 20:16, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **CIRO VIEIRA FERREIRA, Usuário Externo**, em 15/10/2019, às 07:57, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ ROBERTO BEGGIORA, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 15/10/2019, às 13:03, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **João Bosco Teixeira, Consultor Jurídico do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 15/10/2019, às 14:26, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Camilo Baptista, Diretor(a) de Políticas Públicas e Articulação Institucional**, em 15/10/2019, às 23:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Flávia Rutyna Heidemann, Assessor(a) Especial do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 16/10/2019, às 11:42, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiano Bordignon, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 16/10/2019, às 17:02, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 16/10/2019, às 19:20, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 17/10/2019, às 17:41, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Coordenador(a)-Geral de Orçamento e Finanças**, em 21/10/2019, às 10:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIENE DOMINGUES COSTA, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça**, em 30/10/2019, às 18:05, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ivan Gomes Bonifacio, Gerente de Projeto**, em 30/10/2019, às 18:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Benetti Timm, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 30/10/2019, às 18:28, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 29/11/2019, às 18:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **9821318** e o código CRC **4E96A91F**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.